



Às nove horas do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quinze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presentes os Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; ausência justificada dos Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **ALEXANDRE CUNHA e SÉRGIO DANTAS**, para composição de quorum, nos termos da alínea "b", inciso III, Artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA** para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM, nos processos de nº's 05, 06 e 09 da pauta. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 065/2015. **LEITURA DO EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA:** o Secretário Geral do TCM/Pará, Dr. Robson Figueiredo do Carmo, proferiu a seguinte leitura em Plenário: "*o Ministério Público do Estado do Pará, através da 4ª Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, em exercício, Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco, encaminhou ofício ao TCM para comunicar a instauração de procedimento preparatório pertinente a prestação de contas da Coordenadoria Municipal de Turismo – BELEMTUR, referente ao exercício de 2007, sendo responsável pela ordenação de despesas o senhor Wady Salim kayat. O Tribunal de Contas da União, através de seu Secretário, Dr. Arildo da Silva Oliveira, encaminhou ao TCM o Acórdão nº 3339/2015/TCU/2ª Câmara, que julgou irregulares as contas do Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião da Boa Vista, em Tomada de Contas realizada no período de 2001 a 2015, de responsabilidade da Senhora Violeta de Monfredo Borges Guimarães, com recolhimentos. O Presidente da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, Sr. Eugênio Manoel da Costa (Processo nº 201513611-00), encaminhou a esta Corte cópia do Decreto nº 003/2015, de 14.09.15, que dispõe sobre a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. José Pereira de Almeida, rejeitada a Resolução nº 10.254-TCM/PA, de acordo com o parecer aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, em Plenário, por votação unânime, em 14 de setembro de 2015. O Presidente da Câmara Municipal de Nova Ipixuna (Processo nº 201513612-00), Sr. Eugênio Manoel da Costa, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto nº 002/2015, de 14.09.15, que dispõe sobre a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. José Pereira de Almeida, rejeitada a Resolução nº 11.466-TCM/PA, de acordo com o parecer aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, em Plenário, por votação unânime, em 14 de setembro de 2015. O Presidente da Câmara Municipal de Nova Ipixuna (Processo nº 201513613-00), Sr. Eugênio Manoel da Costa, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto nº 001/2015, de 14.09.15, que dispõe sobre a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna, exercício de 2002, de responsabilidade do Sr. José Pereira de Almeida, rejeitada a Resolução nº 11.435-TCM/PA, de acordo com o parecer aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, em Plenário, por votação unânime, em 28 de agosto de 2015. O Presidente da Câmara Municipal de Rio Maria (Processo nº 201513303-00), Sr. Lourival Moreira da Costa, encaminhou a esta Corte cópia da Resolução nº 001/2015, de 15.09.15, que dispõe sobre a*



rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Rio Maria, exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. Eurico Paes Cândido Júnior, rejeitada a Resolução nº 10.443-TCM/PA, de acordo com o parecer aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal. O Presidente da Câmara Municipal de Dom Eliseu (Processo nº 201513138-00), Sr. Gienilson Freitas Cavalcanti, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto nº 002/2015, de 10.09.15, que dispõe sobre a rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Dom Eliseu, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Kleper Wandson Figueiredo de Carvalho". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:

Processo nº 40012009-00; Prefeitura Municipal de Alenquer; Prestação de Contas – 2009; Contas de Governo; Responsável: Sr. João Damasceno Filgueiras; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 12.078). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 40012009-00; Prefeitura Municipal de Alenquer; Prestação de Contas – 2009; Contas de Gestão;** Responsável: Sr. João Damasceno Filgueiras; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 27.263). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 344062012-00; Fundo Municipal de Saúde de Inhangapi; Prestação de Contas – 2012;** Responsável: Sr. José Ernandes Brito da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.986). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 442022011-00; Fundo Municipal de Saúde de Marapanim; Prestação de Contas – 2011;** Responsável: Sra. Luhelene Fernandes Damous Naiff; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O



83 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
84 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento
85 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.987). Presidência do Conselheiro
86 Aloísio Chaves. **Processo nº 333982005-00; Fundo Municipal de Saúde de Igarapé-Miri;**
87 **Prestação de Contas – 2005;** Responsável: Sra. Dilza Maria Pantoja Correa; Instrução: 7ª
88 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para
89 apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do
90 Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo
91 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
92 pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
93 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua **proposta**
94 **de decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
95 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento
96 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 27.988). Presidência do Conselheiro
97 Aloísio Chaves. Dispensada a convocação do Conselheiro Substituto Alexandre Cunha para
98 composição de quorum neste processo. **Processo nº 334092005-00; Fundo Municipal de**
99 **Educação de Igarapé-Miri; Prestação de Contas – 2005;** Responsável: Sra. Dilza Maria
100 Pantoja Correa; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth
101 Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto
102 Alexandre Cunha (Redistribuído do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº**
103 **32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
104 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento
105 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
106 Conselheiro Substituto apresentou sua **proposta de decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A
107 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
108 contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
109 Estadual (Acórdão nº 27.989). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Dispensada a convocação
110 do Conselheiro Substituto Alexandre Cunha para composição de quorum neste processo. **Processo**
111 **nº 424142009-00; Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB de Marabá; Prestação de**
112 **Contas – 2009;** Responsável: Sr. Ney Calandrini de Azevedo; Instrução: 3ª Controladoria;
113 Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;
114 **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201311601-**
115 **00; Prefeitura Municipal de Baião; Recurso de Reconsideração** contra a Resolução nº
116 10.968/13 (Prestação de Contas de 2007); Responsável: Sra. Benedita do Pilar Lobo Dias; Instrução:
117 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio
118 José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo
119 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
120 conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a modificação da decisão para a emissão de
121 parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva, e manutenção das multas. A matéria foi
122 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a



Decisão: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a modificação da decisão para a emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva, e manutenção das multas (Resolução nº 12.079). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201411788-00; Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia; Recurso de Revisão** contra a Resolução nº 10.957; Responsável: Sra. Elizane Soares da Silva; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de decisão: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Redistribuído do Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso para cadastrar o subsídio do vice Prefeito. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua **proposta de Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso para cadastrar o subsídio do vice Prefeito (Resolução nº 12.080). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Dispensada a convocação do Conselheiro Substituto Alexandre Cunha para composição de quorum neste processo. **Processo nº 201214765-00; Fundação Acolher / Centro Comunitário; Prestação de Contas do Convênio nº 087/2012**, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: Sr. Antônio Pedro Alves de Freitas; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.990). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201215178-00; Associação dos Moradores do Bairro do Guamá / Centro Comunitário; Prestação de Contas do Convênio nº 079/2012**, firmado com a SEMEC/PMB; Responsável: Sra. Joana Pantoja da Costa e Sr. José Fernandes Bentes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 27.991). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201412813-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema; Aposentadoria** - Resolução nº 039/2014, de 23.07.2014; Interessada: Sra. Nilda Maria Bezerra Smith; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201413728-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema; Aposentadoria** - Resolução nº 011/2015, de 22.04.2015; Interessado: Sr. João Ribeiro de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201415459-00; Instituto de**



Previdência e Assistência do Município de Capanema; Aposentadoria - Resolução nº 057/2014, de 16.09.2014; Interessada: Sra. Maria Watanabe Ferreira de Lima; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201217693-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Pensão – 2012;** Interessada: Sra. Maria Soares Pequeno; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.992). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201217694-00; Instituto de Previdência do Município de Paragominas; Pensão;** Interessado: Raynan Sérgio Melo Maia e Ramonn Mateus Melo Maia, filhos menores; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.993). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201312000-00; IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Pensão** - Portaria nº 187/13, de 24.06.13; Interessada: Sr. Claudinei de Oliveira Assunção - viúvo e filhos menores; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.994). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201403772-00; IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Pensão** - Portaria nº 027/14, de 14.04.14; Interessada: Sra. Neuzilia Cirqueira Guimarães - viúva e filha menor; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.995). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201408645-00; IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Pensão** - Portaria nº 322/14, de 28.05.14; Interessada: Sra. Zenida Bandeira Lopes - viúva e filhos menores; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O



Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.996). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 200909701-00; Prefeitura Municipal de Anajás; Prestação de Contas – 2002;** Responsável: Sr. Raimundo Nogueira Filho; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Rosa Hage, com pedido de VISTA ao Conselheiro José Carlos Araújo, na Sessão Plenária do dia 24.09.2013; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro José Carlos Araújo proferiu seu **VOTO VISTA**, acompanhando o posicionamento da Conselheira Relatora, seguido pelo Conselheiro Aloísio Chaves e pelo Conselheiro Antonio José Guimarães. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso com a manutenção da decisão recorrida, e as exclusões especificadas no voto da Conselheira Relatora (Resolução nº 12.081). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1040052006-00; Fundo Municipal de Saúde de Tailândia; Prestação de Contas – 2006;** Responsável: Sr. Altima Alves da Silva; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda, com pedido de VISTA ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão do dia 13.08.2013; com pedido de VISTA ao Conselheiro José Carlos Araújo na Sessão do dia 13.05.2014; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro José Carlos Araújo proferiu seu **VOTO VISTA**, acompanhando o posicionamento do Conselheiro Relator. **Em votação:** na Sessão do dia 13.05.2014, o Conselheiro Antonio José Guimarães acompanhou o Relator, na íntegra. O Conselheiro Aloísio Chaves e a Conselheira Rosa Hage encontravam-se ausentes da Sessão do dia 13.08.13, bem como a Conselheira Mara Lúcia ausente por ocasião da votação. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 27.997). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201313387-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria -** Portaria nº 50/2015, de 06.07.2015; Interessada: Sra. Maria Lúcia Aurélio de Almeida; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.998). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201317466-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria -** Portaria nº 036/2015, de 11.05.2015; Interessada: Sra. Nadja Teixeira da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 27.999). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201320839-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará; Aposentadoria -** Portaria nº 055/2015, de 06.07.2015; Interessada: Sra. Maria Judite Pereira da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria



Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.000). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201321457-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria** - Portaria nº 009/2013; Interessada: Sra. Maria de Lourdes Reis Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.001). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201419755-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria** - Portaria nº 004/2014, de 15.07.2014; Interessada: Sra. Izabel Reis Nascimento; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.002). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201212448-00 (120012004-00); Prefeitura Municipal de Baião; Recurso - 2004 - Recurso de Revisão** contra a decisão objeto da Resolução nº 10.262, de 09.02.12; Responsável: Sra. Benedita do Pilar Lobo Dias; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães, retirado da Pauta do dia 27.10.15; **Publicado no DOE nº 32.998, de 23.10.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida e a exclusão das irregularidades sanadas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a modificação da decisão para a emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalva, com a manutenção das multas (Resolução nº 12.082). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS: PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e nove de outubro de dois mil e quinze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro **Aloísio Chaves**

Presidente da Sessão